

Relatório do Seminário Preparatório Regional do Estado do Paraná

I Seminário Regional de Educação de Adultos do Estado do Paraná

Senhor Secretário:

A Divisão de Ensino Supletivo pelo Órgão Serviço de Educação de Adultos, tem a honra de passar às mãos de V. Ex^a., o presente relatório do I Seminário Regional de Educação de Adultos no Estado do Paraná, realizado de 14 a 23 de abril de 1958.

Na referida peça, verifica-se que:

1. Juntou-se ofício do relatório final, devidamente assinados pelo Presidente e Vice-Presidente do Seminário Regional e pelo Chefe de Divisão de Ensino Supletivo.
2. Juntaram-se os Trabalhos dos Grupos.
3. Juntou-se recortes de publicações de propaganda do 1º S.R. e do Congresso.
4. Juntaram-se exemplares dos ofícios expedidos pela D.E.S. e ofícios recebidos.
5. E, finalmente, incluiu-se os trabalhos de livre escolha.

Terminando apresento a V. Ex^a. as maiores desculpas por não poder esta Divisão atender prontamente e a contento ao solicitado.

Sem outro objetivo, valho-me do ensejo para reiterar a V. Ex^a. as minhas

Cordiais Saudações

Antonio Barry
Chefe da Divisão

Ao Exmo.Sr. Professor

Armando Hildebrando

DD. Secretário Geral do II Congresso Nacional de Educação de Adultos.

Rio de Janeiro

I Seminário Regional de Educação de Adultos

Realizado de 14 a 23 de abril de 1958

RELATÓRIO FINAL

Em cumprimento aos apelos formulados pelo M.E.C., através do Serviço de Educação de Adolescentes e Adultos, o Serviço de Educação de Adultos da S.E.C. do estado do Paraná promoveu o 1º Seminário Regional de Educação de Adultos, obedecendo, no possível, às instruções e sugestões enviadas pelos dignos articuladores do II Congresso Nacional de Educação de Adultos, a realizar-se no Rio de Janeiro, de 9 a 16 de julho do ano fluente.

Constituição Do Seminário

Inicialmente, tendo em vista o temário do mencionado Congresso, o SEA convocou, a 14 de março, um grupo de professores para planejamento dos trabalhos, tendo comparecido quatorze representativos das várias atividades educacionais no Estado. Nesta ocasião, verificou-se que, dada a exiguidade do tempo, seria impossível o exame total do temário, e que a seleção de alguns tópicos sugeridos seria mais proveitosa, em tais circunstâncias. Selecionada o temário, foram as tarefas distribuídas por Grupos de Trabalho, encarregados que seriam dos anteprojetos para apreciação e discussão no Seminário.

Fixou-se a data de 19 de março para nova reunião e elegeu-se presidente do Seminário o Professor Guido Arzua e vice-presidente o professor Constantino Fanini. Em sessão de 19 de março foi conhecido o anteprojeto do 1º Grupo de Trabalho e mais alguns de responsabilidade individual. A 28 de março, conheceram-se mais dois outros, tendo deixado de executar a sua tarefa um dos Grupos. Na oportunidade se fixaram as datas de 14 a 19 de abril para as sessões formais do Seminário.

Distribuição dos trabalhos

Os trabalhos ficaram assim distribuídos:

1º Grupo de Trabalhos:

Tema:

1. Como é visto ou sentido, no Estado, o problema da educação de adultos? Conceituação dominante na administração, nos educadores, nas instituições interessadas

2. O Serviço de administração da educação de adultos no Estado

- Descrição dos Serviços e órgãos existentes
- Dados históricos, inclusive legislação
- Organograma
- Análise do funcionamento
- Articulação com os demais serviços da administração pública e de entidades particulares
- Problemas
- Sugestões.

3. O problema do analfabetismo no Estado.

Componentes: Prof^a Myrian de Araújo Cruz e Prof. Antonio Barry.

2º Grupo de Trabalho:

Tema:

1. A educação de adultos e as populações marginais: favelas, mucambos, cortiços, núcleos de estrangeiro, etc.
2. A migração interne do país e a educação de adultos
 - Dados estatísticos
 - Estudos das causas da baixa frequência
 - Sugestões para melhorar a frequência.

Componentes: Prof. Brásilio de França Costa, Prof^a Ruthe Rocha Pombo e Prof^a Layze Wernecke

3º Grupo de Trabalho:

Tema:

1. A educação de adultos e a produtividade no Estado.
2. A formação e o aperfeiçoamento profissional (SENAIS, SESI, SESC, SENAC. Empresas privadas. Escolas da Rede Federal) e a educação de adultos.

Componentes: Prof. Benedito Cordeiro, Prof. Constantino Fanini, Prof^a Carlota Nogueira Uhlmann e Prof^a Valentina da Silva Petroski

Sessões e rendimento

1ª Sessão: dia 14, início às 9:00 horas, no auditório da Biblioteca Pública de Curitiba; destinada à revisão do anteprojeto do 1º GT.

2ª Sessão: dia 14, início às 14:00 horas, mesmo local, destinada ao debate público do anteprojeto, o qual depois de receber numerosas e importantes sugestões, foi aprovado.

3ª Sessão: dia 15, início às 14:00 horas, mesmo local, destinada ao exame e debate dos trabalhos de responsabilidade individual.

4ª Sessão: dia 16, às 9:00 horas, mesmo local, destinada à revisão do anteprojeto do 2º GT.

5ª Sessão: dia 16, às 14,00 horas, mesmo local, destinada ao conhecimento público e debate geral do anteprojeto. Igualmente, recebido sugestões para melhoria de exposição, foi aprovado.

6ª Sessão: dia 17, às 9:00 horas, mesmo local, destinada à revisão do anteprojeto do 3º GT.

7ª Sessão: dia 17, às 14:00 horas, mesmo local, destinada à leitura e debate público do anteprojeto do 3º GT, cujo trabalho mereceu também alguns acrescento em favor da sua qualidade e após algumas sugestões, foi aprovado.

8ª Sessão: dia 23, às 16:00 horas, mesmo local, solenidade de encerramento do Seminário, com a presença de representantes de todas as instituições participantes. Na oportunidade foi apresentado relatório geral dos trabalhos, além de uma palestra sobre o problema da educação de adolescentes e adultos no país.

O processo de execução do Seminário permitiu eficiente trabalho de revisão dos anteprojetos elaborados pelos GT, os quais, em discussão pública, evidenciaram o cuidado da sua elaboração.

Entidades participantes:

Dr. Oswaldo Pilotto - Representante do Reitor da Universidade do Paraná.
Dr. Alcester Ribas de Macedo - Representante da Faculdade Católica de Direito.
Dr. Apparicio Durski e Silva - Representante da Secretaria de Saúde e Assistência Social.
Dr. Ary Florêncio Guimarães - Representante da Faculdade de Direito do Paraná.
Dr. Walter do Amaral - Representante do Colégio Estadual do Paraná.
Dr. Lauro Esmanhoto - Representante do SENAC
Sr. Ubiratan B. de Macedo - Representante da UPE.
Sr. Luiz Antonio de Camargo Fayette - Representante da UPES.
Profª Alzira Della Bianca Paquete - Representante do Grupo Escolar Noturno "Prof. Conselheiro Zacarias (Diretoria).
Profª Hilary Grahl Passos - Representante do Departamento de Cultura da SEC (Diretoria).
Profª Nice Ferreira - Representante do Departamento de Cultura da SEC
Profª Thereza Nicolas - Representante da 5ª Cia. de Comunicações.
Capitão Washington Curt - Representante do 5º R.O/105-Bouqueirão.
Tenente José Delfino da Costa - Representante do 5º R.O/105-Bouqueirão.
Sr. Monção Pires - Representante do Jornal "Diário da Tarde" e Imprensa de Divulgação e Turismo.
Professorandas do Instituto de Educação do Paraná.
Dr. Antonio Gomes - Representante do Prefeito (Diretoria do Departamento de Educação da Prefeitura)
Dr. Antonio Carraro - Representante do Prefeito.

Secretaria do Seminário

Esteve a cargo do pessoal do SEA, os quais expediram 197 convites; entre estes, formularam 410 pessoais.

Sem outro motivo, aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Guido Arzua
Presidente
Constantino Fanini
Vice-Presidente
Antonio Barry
Chefe da Divisão

Apresentação

Houve, por bem distribuir os temas do temário para execução do levantamento de estudos ao 1º Seminário de Educação de Adolescentes e Adultos, agrupá-los sob a forma de trabalhos de equipe.

Assim é que se organizaram Grupos de Trabalho.

Coube-nos o 1º Grupo de Trabalho.

A cargo do GT nº 1

Professor Antonio Barry e Professora Myrian de Araújo Cruz

1º grupo de trabalho

São em número de três os temas a serem abordados neste trabalho.

1º - Como é visto ou sentido, no Estado, o problema de Educação de Adolescentes e Adultos? Conceituação dominante na administração, nos educadores e nas instituições interessadas.

2º - O Serviço de administração da educação de adolescentes e adultos no Estado.

- Descrição dos serviços e órgãos existentes.

- Dados históricos, inclusive legislação.

- Organograma.

- Análise do funcionamento.

- Articulação com os demais serviços da administração pública e de entidades particulares.

- Problemas.

- Sugestões.

3º - O problema do analfabetismo no Estado.

panha, a atenção para que se veja a necessidade de bem cumprirem um acordo ou outro atestado idôneo, com finalidade de auxiliarmos estes desprotegidos da sorte que são os analfabetos. O momento é psicológico, aproveitemo-lo.

2º Tema

O serviço de administração de educação de adultos no Estado

O serviço de administração de educação de adultos no Estado, podemos afirmar, de modo genérico é satisfatório, de produção eficiente, com seus órgãos de trabalhos em atividades constantes.

Descrição dos serviços e órgãos existentes

O serviço mantém contato direto com o Sr. Secretário de Educação e Cultura, que prestigia e coopera, na medida do possível para a Boa marcha do expediente administrativo; com os Inspectores Auxiliares de Ensino; com as Instituições Religiosas; com os professores e pessoas interessadas nos assuntos de ensino supletivo.

O serviço de administração de educação de adultos, no Estado, está constituído em quatro setores:

Setor de Planejamento e Controle;

Setor de Orientação Pedagógica;
Setor de Relações Públicas;
Setor de Administração.

O primeiro setor planeja e prevê o que e com que se deva fazer. Para tanto procede um reconhecimento prévio do campo de ação, no caso de nosso Estado, estabelece as formas de contacto entre os municípios e órgãos de ação administrativa.

Dispõe do que se deva fazer na realidade, procurando reduzir toda diversidade e multiplicidade de atos a uma unidade conceitual. Espera este setor que a ação se dê dentro dos cursos, para que se possa examiná-la em seus resultados quer sejam eficientes ou deficientes.

O setor de planejamento no nosso Estado, está afeto ao setor de Planejamento e Controle do DNE, na sua crítica. Está na sua alçada o exame das minúcias e sempre com a palavra final em sua determinação. Ao nosso setor compete mais a tarefa de dispor o pessoal e o material, de instalar os cursos, de designar os seus regentes, de fazê-los funcionar, de distribuir o horário de acordo com a conveniência dos alunos e dos lugares, de fiscalizar o trabalho e de remunerá-los na forma devida.

O segundo setor, o que aconselha, recomenda e propõe as formas táticas de ensino propriamente ditas, instruções de ordem geral, material didático tais como: livros, folhetos, etc. Na distribuição do material frisamos como de excelentes resultados para o professor desejoso de cooperar com esta Campanha, o livreto intitulado: "Instruções aos professores do Ensino Supletivo", do professor Lourenço Filho, o qual fornece todos os elementos necessários aptidão do professor de boa vontade para lecionar.

O terceiro setor tem como função: difundir os objetivos do movimento pela imprensa falada e escrita e todos os canais de difusão. Cabe a nós relacionar o público com os objetivos de nossa Campanha, afim de que na sua crítica haja incentivo para a mesma. A este público cabe além de criticá-la também ajudá-la e aplaudi-la em seus triunfos e esclarecê-la na consciência de todos.

O quarto setor é o que tem a seu encargo o de documentação em geral, de escriturações, de providências de comunicações, de contabilidade com o movimento de numerários e sua distribuição, os exames de prestações de contas, na parte das despesas de pagamentos dos professores supletivos e dos Centros de Iniciação Profissional. Assim sendo o setor se subdividiu nas seguintes seções:

Pessoal;
Estatística;
Almoxarifado;
Contabilidade.

Dados históricos, inclusive legislação

O primeiro Termo de Acordo Especial celebrado entre o MEC e o Estado do Paraná, para execução do Plano de Ensino Supletivo para Adolescentes e Adultos analfabetos, foi assinado aos 26 dias do mês de abril de 1947.

Na gestão do titular do MEC, Dr. Clemente Mariani Bittencourt, sendo Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação o sr. Prof. Lourenço Filho. Foi Representante do Paraná que firmou o Acordo o Prof. Simeão Mafra Pedroso.

A dotação neste ano foi de 300 cursos, e a gratificação mensal do professor era de Cr\$ 300,00.

Os cursos noturnos no Estado tiveram seu início em 1918, instituído pelo Diretor Geral de Educação, o professor Cesar Pietro Martinez. O primeiro estabelecimento que iniciou suas atividades foi o Grupo Escolar "Dr. Xavier da Silva", desta Capital; o segundo foi o Grupo Escolar "Humanitária", da cidade de Paranaguá.

Por ser desconhecido, e não haver elementos, nem nas próprias legislações do Estado, finalizamos a exposição deste assunto, somente com o que nos foi facultado, ou sejam os dados acima referidos.

Organograma

Em separado, anexado o organograma do órgão do Serviço de Educação de Adultos, com suas respectivas divisões.

Análise do funcionamento

Antes de abordar o tema deste funcionamento, é interessante esclarecer e oportuno, a significação do nome do Órgão de Divisão de Ensino Supletivo que tem sua atividade relacionada com o SEAA no Estado. Por outro lado, devemos conhecer convenientemente e definir os fins da Educação de Adolescentes e Adultos em qualquer de seus aspectos, aos quais damos particularmente o nome de Ensino Supletivo, o mesmo que educação de Base, aplicadas a Adultos. Falando de sua parte educativa sua ação é de forma essencialmente supletiva. Perguntamos o por quê? Ora, visa suprir as deficiências da formação do indivíduo em fase outrora mais adequadas e por assim dizer completa ao mesmo indivíduo a aquisição da base e restantes tais quais sejam as orientações no prosseguimento de sua educação.

Valerá a pena saber como é realizado o funcionamento dos cursos supletivos da Campanha de Adolescentes e Adultos no Estado. São assistidos pela verba federal, oriunda do Acordo celebrado anualmente o MEC e o Estado do Paraná, para o plano de ensino primário destinado a adolescentes e adultos, dotando nosso Estado, no presente exercício de 459 cursos e 5 Centros de Iniciação Profissional.

O Estado se obriga a manter um serviço com a incumbência de superintender as atividades de execução do plano de ensino dotando-o de pessoal administrativo e recursos que atendam a esses encargos, conferindo-lhes necessária autonomia; instalar em todos os municípios os cursos supletivos com base e distribuição criteriosa.

Anteriormente citamos constituir nosso serviço de quatro setores.

Bem, especificaremos a seguir a análise dos mesmos:

Setor de Planejamento e Controle, funcionando subordinado ao setor de administração, por não contarmos com elementos necessários.

Setor de Orientação Pedagógica, funcionando com os elementos do setor de administração, serviço de estatística.

Setor de Relações Públicas, funcionando através do Chefe de Divisão de Ensino Supletivo.

Setor de Administração, funcionando através de secções subdivididas, tais como: contabilidade, pessoal afeto a todos os elementos que se compõe o corpo administrativo, estatística, almoxarifado.

Articulação com os demais serviços da administração pública e de entidades particulares

O Serviço de Educação de Adultos funciona em uma das dependências da Secretaria de Educação e Cultura, sendo supervisionada pelo Ministério da Educação o Cultura - Departamento Nacional de Educação. O serviço tem articulação com os senhores Prefeitos Municipais; Inspetores Auxiliares do Ensino; Delegados de Ensino; Diretores de Colégios e Ginásios, Grupos Escolares; com o Departamento de Divulgação e Turismo, o qual faz uma cobertura da Campanha; Jornais do Estado; Rádios Emissoras do Estado; Unidades do Exército; Instituições Religiosas, principalmente a Evangélica, sociais e particulares.

Paralelamente ao SEAA desenvolve-se atividade no terreno educacional de Adolescentes e Adultos das autarquias do SESI, SESC, SENAC e SENAI, assistidos com eficiência e ministrando ensinamentos principalmente na parte profissional às famílias dos associados. Tais corporações muito tem contribuído com seus trabalhos nobres e elevadíssimos, obtendo em sequência resultados animadores, como bem ficou salientado através do último Seminário levado a efeito pelo SENAI em cuja solenidade de encerramento foi proferida a oração pelo Prof. Hely Menegale, DD Diretor do DNE Nesta salientou a importância da Educação de Adolescentes e Adultos no país.

Problemas

Embora os problemas não sejam todos de ordem administrativa, vem, contudo, constar dentro deste, pois, na verdade, depende da sua ação. Então, os teremos na seguinte ordem:

1º. A falta de verba administrativa acarreta deficiências no andamento normal do serviço, embora esta esteja prevista no Acordo Especial, na cláusula terceira - alínea a.

2º. Não há seleção do pessoal docente, segundo se estabelece no referido Acordo, cláusula terceira - alínea e.

3º. Não há uma inspeção adequada aos cursos, ignorando-se em alguns casos o funcionamento correto exigido pelo Acordo, cláusula terceira - alínea h. Esta atribuição sob o encargo de Inspetores Auxiliares de Ensino ou Responsáveis, às vezes, não se procede como deveria pelo fato de acúmulo de funções das ditas autoridades. Resultantes desta falha vem de se observar na remessa de processos, sobre a discriminação dos cursos, segundo os boletins mensais, folhas de pagamento, os quais na sua maioria vêm errados.

4º. Na alínea i da cláusula terceira, pede-se para estimular a frequência. Esta, até o exercício proposto não foi de se desejar, talvez pelo motivo do professor não ser estimulado através de uma remuneração mais compensatória. Cabe ainda aqui o não aproveitamento do professor formado como regente dos cursos supletivos.

5º. Os canais de difusão nos são custosos e difíceis, dadas as circunstâncias de não contarmos com verba administrativa.

6º. Não se cumprindo a alínea g de cláusula terceira, vem de se observar a falta que conta o nosso setor de orientação pedagógica não se levando a efeito o que se refere o memorial dirigido aos delegados de Estado, como se justifica a seguir:

I. A não ser o material didático expedido pelo setor correspondente do M.E.C. do SEA, não os elaboramos por falta de técnicos neste sentido não colocados à nossa disposição.

II. A divulgação de métodos, processos, programas, material documentário e de orientação didática não são levados a caráter obrigatória, por não contarmos com número suficiente de uma equipe de trabalho.

III. Distendendo a observação anterior a esta alínea diremos que a seleção e recomendação de livros didáticos, para uso dos alunos do curso supletivo não se faz senão através dos que dispomos e aos que têm contacto direto com o nosso Chefe de Divisão.

IV. A verificação das provas finais, não passam por um corpo de revisão, o qual deveria assim o fazer afim de levantar um critério do aprendizado dos cursos supletivos e mesmo o seu aproveitamento.

7º. A falta de meios de conduções, fáceis e à disposição desse serviço nos põe em dificuldades, porque a razão dos materiais algumas vezes ficaram atrasados em sua expedição.

Outrossim, não se poderá fazer inspeção aos cursos mesmo dentro da zona urbana da capital bem como aos Centros de Iniciação Profissional situados alguns fora do quadro urbano.

8º. Não estamos bem instalados. Isto causa certo embaraço na engrenagem do Serviço, pois o espaço e a divisão dos setores são de vital importância para a eficiência do labor.

9º. Embora esteja em andamento uma emenda da lei que não permite promoção do professor que presta serviço nas funções administrativas, não houve acesso dos mesmos em nosso órgão até o presente, motivo pelo qual eram poucos os elementos capacitados para exercer funções na seção de estatística que como já foi explicado tem em sua responsabilidade outras como: correspondência, orientação pedagógica e em parte relações com o público.

Em consonância com os referidos problemas: item 8º e 9º, contamos com o seguinte:

10º. Mesmo que pudéssemos contar com maior número de funcionários, não se poderia comportá-los na dependência minúscula que ocupamos, por ora. Este fator viria retardar ainda mais o andamento do serviço.

Como se vê, os problemas partem da falta do cumprimento dos mandatos pelas autoridades competentes, e outros mais são observados para prejuízo da Campanha. Todavia é a esperança de sermos ouvidos no atinente às SUGESTÕES que fazemos relatar sinceramente o que vai no panorama paranaense, no que diz respeito aos problemas que o Serviço de Educação de Adultos enfrenta.

Sugestões

Para maior critério nos cursos de Educação de Adolescentes e Adultos, no sentido que houvesse eco por parte das autoridades competentes sugerimos várias modificações dentro dos diversos setores que compõem esta Divisão. Desta forma poder-se-á crer na

possibilidade utilitária de se conseguir maior benefício aos analfabetos em menores problemas ao nosso órgão de serviço.

Primeiramente devemos encarar tais sugestões como quase na sua totalidade de ordem administrativa. Está bem organizada as outras consequentemente também o estarão.

Diante do que já foi exposto no tópico de Problemas, vimos que, a maior necessidade está na incorporação de elementos para formar os vários setores das ocupações administrativas, pedagógicas e de relações com o público.

O ideal das sugestões, seria a **federalização do serviço de educação de adolescentes e adultos**. Com a organização do serviço federalizado, poderíamos formar com devidos setores especializados, um **Departamento Nacional do Ensino Supletivo**.

Acordaríamos para a sua composição na seguinte maneira:

No Setor de Planejamento e Controle, com o seguinte plano de ação:

a) Um chefe de setor, que manteria relações diretas com o seu similar do SEA do MEC determinando as nossas diretrizes.

No setor de Orientação Pedagógica, incorporariamos:

a) Professores formados, competentes para desenvolver as seguintes atividades:

1º. elaboração de material para o ensino nos cursos supletivos.

2º. divulgação de métodos, processos e programas;

3º. preparação de material documentário e de orientação didática para professores e voluntários que se dediquem à educação supletiva;

4º. seleção e recomendação de livros didáticos para uso dos alunos dos cursos de educação supletiva;

5º. seleção de textos para leitura pós-escolares;

6º. distribuição efetiva aos cursos de: Jornal Mural, organizado pelo setor de OP do SEA;

7º. Respostas às consultas sobre assuntos referentes à educação supletiva, formuladas pelos chefes de serviço, inspetores, professores e voluntários da Campanha;

8º. Estímulo à organização de exposição de material didático - docente e discente - de educação supletiva.

b) Um correspondente deste setor que manteria contacto diretamente com o do SEA do MEC que faria circular e divulgar o material pedagógico vindo desta entidade, tais como:

- Jornal de Todos;

- Programa mínimo de ensino supletivo e outros;

- Horário de acordo com os cursos vespertinos e noturnos;

- Quadros Murais;

- Hinários.

c) Uma seção de Biblioteca com uma ambulante ou melhor circulante.

d) Uma equipe de pesquisas do ensino supletivo que poderia elaborar testes se fosse conveniente.

Partindo de uma cláusula seria feito concurso para ingresso desses elementos nas diversas funções citadas e se for mais perfeitamente composta se instituiria um curso de especialização com sede no MEC - SEA, o qual conta com grupo de técnicos.

Sem este critério, cremos de difícil acesso a incorporação de elementos indispensáveis para efetuar a programação prevista para o ano de 1958 e subsequentes. Aludimos, principalmente aos elementos indispensáveis e capacitados para exercer as ditas ações, da programação do setor de Orientação Pedagógica do SEA do MEC.

No setor de Relações Públicas, teríamos:

a) Um diretor que transmitisse as diretrizes vindas do SEA do MEC setor de RP, aos diversos pontos de nosso Estado.

b) Um auxiliar que trabalhasse com o "Voluntariado".

Estabelecido e composto este setor com pessoal selecionado, mediante uma prova na base de concurso, teríamos, a exemplo do que vem acontecendo na Capital da República o mesmo método aplicado na difusão da educação supletiva e principalmente na do voluntariado.

No setor administrativo, com suas quatro secções distribuiríamos os encargos:

a) Um chefe que supervisionaria todo o serviço.

b) Auxiliares da secção do Pessoal, que já tem sua função definida.

c) Auxiliares de estatística, confeccionando esta função a estatística atual, isto é, que trata daquela mediante os boletins mensais remunerados e a outra estatística geral não remunerada por este órgão, ou seja, a do voluntariado e de todo ensino supletivo que o Estado mantém através das Autarquias, Grupos Escolares "Noturno", Entidades particulares, Agregados do Ministério do Trabalho e Agricultura, Unidades de Exército, Assistência Social e outras.

Desta forma, poderíamos contar com um serviço exato e completo para maior exatidão do Índice de alfabetização do estado.

d) Contador e auxiliares para a secção de Contabilidade.

e) Um chefe de almoxarifado e auxiliares para uma bem formada seção respectiva.

Cogitamos aqui de todos cargos e encargos previstos para os quatro setores, faltando para completar somente o de:

Uma Delegacia de Ensino compreendendo um delegado e vários inspetores que informariam precisamente todo o andamento dos cursos. Estes informes seriam de utilidade para os quatro setores. Teriam a incumbência de instalar e fazer funcionar os cursos supletivos mantidos pelo SEA, provendo-os nas suas necessidades. Além disso teriam a função de subestabelecer os subinspetores junto às comunidades municipais com os quais manteria contato permanente.

Afora estas sugestões apresentadas num padrão nacional de Entidade Federal que se faz mister se transformarem para se conseguir os objetivos da Campanha, poderíamos recomendar outras mas diante do exposto não se fará necessário pois já estão de conhecimento das nossas dificuldades e Boa vontade de trabalhar com que contamos.

À parte de sugestões apresentadas temos uma que deverá ser levada em conta pois é vista e sentida em alguns municípios como de premente solução. Vem, então: O funcionamento dos cursos deverá se dar em qualquer época do ano ressaltando os sete meses letivos normais. O motivo alegado é o de que em determinadas épocas do ano e em determinados municípios há forçosa retirada dos alunos para a colheita, safra ou outros trabalhos característicos da região que assim os obrigam a perder aulas. Vale dizer, que as entidades do exército gozam deste privilégio pelo motivo do recrutamento, o mesmo motivo ajustado acima também deveria constituir um fato.

A alfabetização através do rádio está sendo estudada e far-se-á um levantamento por meio das fichas expedidas pelo MEC para fixação dos receptores, no momento que o nosso serviço assim o determinar.

Finalizamos esta parte do trabalho, pedindo aos senhores componentes da Comissão elaboradora do II Congresso de Educação de Adultos que proponham aos representantes dos estados da Divisão de Ensino Supletivo uma Mesa Redonda para estudos do problema educacional supletivo na mais ampla extensão do seu significado, numa época anterior ao do Congresso.

Esperando pelo sucesso do movimento da Campanha de Educação de Adultos em nosso território pátrio ficamos felizes por qualquer solução dada a nós por este benemérito órgão, pois sabemos que ele visa tão somente o bem estar do povo e dos cooperadores desta não menos emuladora Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos.

3º Tema

O problema do analfabetismo no Estado.

Quanto ao analfabetismo no Estado, podemos afirmar continua sendo um dos maiores e mais sérios. Analiticamente vem a ser a zona rural a mais atingida, embora conte também a zona citadina com um grande número.

Tal problema é angustiante, porém a erradicação do mesmo, já foi prevista desde quando foi elaborada a Constituição. De acordo com ela prevê-se a obrigatoriedade do ensino. Contudo, não é isso que se dá. Tenha-se em vista que tal é de difícil ação uma vez que não dispomos de ensino gratuito e quantitativo por excelência, anuindo a este fator a falta de escolas que pudesse abrigar todos para seu meio.

Devemos, todavia falar do que já se tem feito no sentido de erradicar tão grande mal.

Antes do aparecimento da Campanha de Educação de Adultos, havia como escolas nesse sentido, apenas as mantidas pelos Grupos Escolares Noturnos e outras de caráter particular em pequeno número.

Mereceu este setor de ensino as atenções necessárias ao seu desenvolvimento em ritmo acelerado.

A par do ensino supletivo primário, realizado pelas vias comuns estaduais, sobreveio em boa hora o lançamento da Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos orientada pelo Ministério da Educação e Cultura.

O Paraná participou, ativamente dessa Campanha cívica e de profundo interesse brasileiro, afirmando acordos com o Governo Federal nos anos de 1947, em que iniciou o movimento de recuperação dos marginais.

Para a execução das cláusulas acordadas, foi criada a Comissão Estadual de Educação de Adultos, a qual funcionou com pessoal próprio administrativo e dirigida por quatro membros, tendo o órgão grande autonomia de decisão e ação.

Damos a seguir uns dados estatísticos a fim de se verificar como se procedeu a Campanha desde o seu início até os dias atuais.

Em 1947, foram instalados 300 cursos, com um rendimento de perto de 10.000 matrículas; embora não contando com elementos para fins de esclarecimento, parece que funcionaram 120 cursos dos 300 instalados, e foi dispendida a importância de Cr\$ 562.790,00; em 1948, elevou-se o número de cursos para 350, com matrículas de cerca de

12000 alunos adultos, destes funcionaram 173 cursos, dispendendo a importância de Cr\$ 831.613,60; em 1949 instalaram-se 420 cursos dos quais funcionaram 486, isto é, foi acrescida da quota dada, com matrícula de 13.000 adultos, sendo dispendida a importância de Cr\$ 910.070,00; em 1950, autorizaram-se o funcionamento de 500 unidades, com aproximadamente 15.000 adultos matriculados, funcionando 480 cursos, com uma despesa de Cr\$ 1.022.102,00; em 1951 funcionaram 463 cursos com uma receita de Cr\$ 784.394,00; em 1952 funcionaram 517 cursos montando uma despesa de Cr\$ 940.908,00; em 1953 funcionaram 439 cursos na razão de Cr\$ 665.957,00; em 1954 funcionaram 417 cursos, dispendendo-se uma importância de Cr\$ 777.310,00; em 1955 funcionaram 342 cursos e a despesa foi de Cr\$ 734.497,00; em 1956 funcionaram 361 cursos e a receita foi de Cr\$ 804.812,00; em 1957 funcionaram 233 cursos e fez-se a despesa de Cr\$ 1.064.478,50.

Sendo a gratificação dos professores de Cr\$ 300,00, nos exercícios de 1947 e 1948 e Cr\$ 350,00 nos anos de 1949, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954. Em 1955 e 1956, a gratificação foi de Cr\$ 375,00. Em 1957, de Cr\$ 675,00.

Importâncias essas aplicadas de acordo com o Convênio firmado entre o Ministério da Educação e Cultura do Estado do Paraná.

O material didático fornecido a essas classes, até 1950 ultrapassaram a casa das 200.000 unidades, em cartilhas, blocos de borrão, cadernos, lápis, penas, doses de tinta azul, etc.

Ainda até 1950, o Setor de Relação com o Público, da mencionada Comissão, manteve um serviço constante de publicidade esclarecendo em torno dos objetivos de Companhia.

Desde então, veio a Campanha mantendo o seu órgão, porém não mais com aquela eficácia do início. Esmoreceu, por assim dizer, reavivando neste ano corrente onde se espera fazer algo mais de concreto e positivo em prol da erradicação do analfabetismo não só em nosso Estado, como também no nosso Brasil.

Evidenciando nesta exposição dos problemas o trabalho que vem efetuando a cobertura do ensinamento do alfabetizado pela Instituição Religiosa Evangélica, o dever do miliciano com suas cartilhas, o ensinamento de um que sabe para um que nada sabe.

Estes são, para melhor dizer as contribuições esporádicas, boas vale dizer porém, precisa-se encarar o problema dentro de uma unidade conceitual a fim de que se extinga o quanto antes este mal da sociedade.

Sabe-se que o problema sempre existirá, mas se fizermos frente a ele sabe-se que o índice do mesmo diminuirá e, portanto, levaremos este fator a título de glória por já podermos nos igualar a outros países mais evoluídos.

Unamo-nos em prol de um só esforço, para protegermos estes desamparados da sorte de saber, alfabetizando-os.

Dados estatísticos desde o início de Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos, no Estado do Paraná

1947

Cursos instalados - 300

Funcionaram - 120

Matriculados - 10000

Importância dispendida - Cr\$ 562.790,00

1948

Cursos instalados - 350

Funcionaram - 173

Matriculados - 12000

Importância dispendida - Cr\$ 831.613,60

1949

Cursos instalados - 420

Funcionaram - 486

Matriculados - 5.000

Importância dispendida - Cr\$ 910.070,00

1.950

Cursos instalados - 500

Funcionaram - 480

Matriculados - 5.000

Importância dispendida - Cr\$ 910.070,00

1951

Cursos instalados - 463

Funcionaram - 4401

Matriculados - 10315

Importância dispendida - Cr\$ 784.394,00

1952

Cursos instalados - 517

Funcionaram - 415

Matriculados - 10420

Importância dispendida - Cr\$ 940.908,00

1953

Cursos instalados - 439

Funcionaram - 300

Matriculados - 7890

Importância dispendida - Cr\$ 665.957,00

1954

Cursos instalados - 417

Funcionaram - 330

Matriculados - 8580

Importância dispendida - 777.310,00

1955

Cursos instalados - 342

Funcionaram - 293

Matriculados - 8120

Importância dispendida - Cr\$ 734.497,00

1956

Cursos instalados - 361

Funcionaram - 326

Matriculados - 8780

Importância dispendida - Cr\$ 806.687,00

1957

Cursos instalados - 233

Funcionaram - 226

Matriculados - 8420

Importância dispendida - Cr\$ 1.064.478,00